

## **REALIDADE E PERSPECTIVAS SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE UM ALUNO COM SURDEZ EM UMA ESCOLA REGULAR DE PARINTINS/AM**

Autor (1) Andressa Brelaz de Oliveira Barata; Co-autor (1) Nelson Pereira de Sá  
*Universidade Federal do Amazonas-UFAM /amdressabrelaz@hotmail.com*

### **RESUMO:**

O artigo constitui-se em um instrumento de análise acerca da temática da escolarização de surdos, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao colegiado de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Tal pesquisa teve como objetivo investigar se as práticas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado/AEE têm atendido as necessidades educacionais de um aluno com surdez em uma escola regular do município de Parintins-AM. Esta é uma pesquisa fenomenológica, descritiva, com uma abordagem qualitativa, que adotou como método o estudo de caso do atendimento educacional especializado de um aluno com surdez, matriculado no 5º ano do ensino fundamental em uma escola regular no município de Parintins/AM. Dentre as garantias mencionadas pela Política Nacional de Educação Especial/2008, talvez a mais importante delas, está o Atendimento Educacional Especializado/AEE, que tem como função complementar a formação desses alunos. A educação de surdos não foge a esta determinação. Quanto aos resultados, chega-se ao entendimento de que a inclusão dos surdos ainda é um desafio, isso devido às diferenças culturais e linguísticas que fazem parte da surdez. Por isso faz necessário que a proposta da educação inclusiva não se reduza à inserção do aluno surdo na escola regular, supondo que o Atendimento Educacional Especializado/AEE e a presença de um intérprete de Língua Brasileira de Sinais na sala de aula serão suficientes para fazer da escola um ambiente bilíngue favorável, para que o aluno surdo tenha aquisição natural da língua de sinais e da cultura surda, bem como de uma aprendizagem significativa.

**Palavras-chave:** Surdez, Atendimento Educacional Especializado, Língua Brasileira de Sinais.

### **INTRODUÇÃO**

O artigo constitui-se em um instrumento de análise acerca da temática da escolarização de surdos, apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Tal pesquisa tem como objetivo investigar se as práticas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado-AEE têm atendido as necessidades educacionais de um aluno com surdez em uma escola regular do município de Parintins-AM. Haja vista que, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, orienta que os alunos com necessidades especiais sejam atendidos em suas particularidades na escola regular mediante o Atendimento Educacional Especializado.

Dentre as garantias mencionadas pela Política Nacional de 2008, talvez a mais importante delas, está o Atendimento Educacional Especializado/AEE, que tem como função completar e

suplementar a formação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais/NEE, disponibilizando recursos de acessibilidade e estratégias para o pleno desenvolvimento educacional desses alunos, sem discriminação. Portanto, a partir da vigência dessas diretrizes, esses alunos ao serem matriculados nas escolas regulares, tem o direito de serem assistidos no AEE, que segundo as orientações da Política Nacional, deve ser ofertado pela escola comum, em uma Sala de Recursos Multifuncionais/SRM e, estes alunos deveriam ser atendidos no contra turno do horário normal das aulas.

A educação de surdos, também deveria seguir esta mesma orientação governamental, promulgada por esta Política, pois determina também, que as escolas especiais para surdos, deveriam ser transformadas em centro AEE, ou em escolas regulares e, se essas escolas não seguissem estas diretrizes do Ministério da Educação/MEC, seriam forçadas a fecharem as suas portas. Com isto, a Política Nacional determinou que todos os alunos com necessidade educacionais especiais fossem “preferencialmente” encaminhados para as escolas regulares, provocando, assim, uma migração dos surdos para as escolas comuns.

Quando se estuda a Política Nacional, sobre este processo de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, dá para entender a importância de se estudar o Atendimento Educacional Especializado/AEE, pois seria a sala de recursos dentro das escolas regulares, e deveria estar totalmente equipada para atender essa demanda. Por isso, notasse que é uma temática que está em evidencia na atualidade, pois se tornou um apoio significativo para a inclusão, tendo em vista o grande crescimento de alunos com NEE que ingressam na escola comum.

Em suma, este trabalho procurou responder ao seguinte problema de pesquisa: Que análises podem ser feitas sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE ofertado para uma criança surda em uma escola municipal de Parintins-AM?

Teve como objetivo geral analisar como é desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado – AEE para alunos com surdez em uma escola inclusiva do município de Parintins-AM. Os objetivos específicos foram: a) Observar como é realizado o Atendimento Educacional Especializado – AEE para o aluno com surdez em uma escola regular; b) Descrever a rotina escolar do aluno com surdez que recebe o AEE; c) Identificar as contribuições do AEE para o desenvolvimento linguístico e cognitivo do aluno com surdez.

As questões iniciais que nortearam esta pesquisa foram:

- a) Como acontece o Atendimento Educacional Especializado – AEE para o aluno surdo em uma escola inclusiva?

- b) Como é a rotina escolar do aluno surdo que recebe o AEE?
- c) Quais as contribuições do AEE para o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo na escola inclusiva?

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi desenvolvida, como um estudo fenomenológico, descritivo, adotando uma abordagem qualitativa, tendo como estudo de caso o atendimento educacional especializado de um aluno com surdez, matriculado no 5º ano do ensino fundamental em uma escola regular do município de Parintins/AM.

A pesquisa fenomenologia parte de uma indagação e, busca compreender e descrever a realidade que se propõe pesquisar, isto segundo a autora Fazenda (2001, p.66), esta mesma autora fala, que este enfoque não se limita a uma descrição passiva, mas pressupõe alcançar a essência do fenômeno pesquisado, evidenciando o que o fenômeno tem de mais fundamental. Portanto, o enfoque fenomenológico dá-se através de etapas de compreensão e interpretação, podendo sempre ser visto sob uma nova interpretação.

Diante disto, o objetivo desta pesquisa foi descrever o Atendimento Educacional Especializado de um aluno com surdez, levando em conta que este aluno foi incluído em uma escola inclusiva. Por isso, trata-se também de uma pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2008, p.42) quando comenta sobre este tipo de pesquisa, diz que: “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” Gil (2008, p.42).

Foi adotado uma abordagem qualitativa, pois segundo Oliveira (2012, p.37) é “um processo de reflexão e análise da realidade, através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. A autora afirma que esse tipo de pesquisa facilita na descrição da complexidade de problemas e hipóteses, bem como possibilita analisar, compreender, classificar e interpretar as particularidades do fenômeno pesquisado. Assim, este estudo teve como propósito interpretar as qualidades, que o fenômeno apresentou sobre o Atendimento Educacional Especializado de um aluno com surdez na escola regular.

O método utilizado foi o Estudo de Caso, pois de acordo com Oliveira (2012, p.55), é um método eclético, pois no momento de sua aplicação, consegue-se atender os objetivos

preestabelecidos pelo pesquisador, proporcionando um estudo aprofundado de um determinado fenômeno. Para isto, a aplicação deste método requer o investimento de um tempo maior, se comparado a outros métodos de pesquisas.

Esta pesquisa foi realizada em uma escola regular do município de Parintins/AM, localizada no centro da cidade. Que oferece a primeira etapa do ensino fundamental, 1º ao 5º ano, nos turnos matutino e vespertino. A escola recebe crianças principalmente dos bairros da periferia da cidade de Parintins, sendo de classe média baixa e, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, recebe também, crianças com Necessidades Educacionais Especiais/NEE.

Dentre as crianças com necessidades especiais, a escola tinha um aluno com surdez, que estava matriculado no 5º ano do ensino fundamental. Este aluno tem recebido por parte da escola o Atendimento Educacional Especializado/AEE, que segundo a Política Nacional, tem que vir num formato de uma Sala de Recursos Multifuncionais, onde este aluno deveria ser atendido no contra turno. Este aluno surdo, conforme o laudo médico apresenta perda auditiva de moderada à severa do lado esquerdo do ouvido e, de severa à profunda do lado direito, caracterizando perda gradativa da audição. Portanto, a necessidade deste aluno de ser educado por meio de uma abordagem bilíngue, onde prioriza o ensino por meio da Língua Brasileira de Sinais, como a língua de instrução.

A pesquisa foi desenvolvida principalmente na Sala de Recursos Multifuncionais/SRM, onde o aluno tem recebido o atendimento educacional especializado; bem como, na sala de aula, para observar o processo de ensino aprendizagem; como também foi importante observar, os espaços escolares onde esse aluno surdo estava inserido, tais como: sala de informática, no período do recreio, na sala do projeto Mais Educação, na quadra de esporte no momento da aula de Educação Física; esta estratégia foi essencial para que os dados coletados fossem relevantes para a construção deste estudo.

Para chegar a uma definição dos participantes dessa pesquisa, houve um entendimento que estes participantes deveriam ser aqueles profissionais envolvidos na educação da criança surda, como também alguém da família. Foram 4 (quatro) os participantes que colaboram com este estudo, tais como: a professora do AEE, com graduação incompleta em Pedagogia, mas é Técnico em Atendimento Educacional Especializado e fez o curso básico e avançado em Libras; o professor da sala de aula, que é formado em Artes Plásticas, mas não possui conhecimento da Libras; o intérprete de Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS, com graduação incompleta em Pedagogia, mas

fez o curso básico e avançado em Libras; por último a mãe da criança surda, por ser uma pessoa importante neste processo de escolarização.

Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: a observação e a entrevista. A observação é um elemento básico de investigação científica que permite ao pesquisador um contato mais direto com a realidade. Nesta monografia foi utilizada a modalidade de observação sistemática, pois, “realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos”. (OLIVEIRA, 2012, p.78).

Utilizou-se também entrevista, pois “é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando”. (OLIVEIRA, 2012, p. 86). Que foi norteadada por um questionário com 11 perguntas (onze) semiabertas, para os profissionais da educação, como também foi elabora um questionário com 10 (dez) perguntas semiabertas para a mãe do aluno.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em local e horário, acordado com os entrevistados, sendo que todas ocorreram nas dependências da escola. Para cada participante foi entregue o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, que explica os objetivos desta pesquisa para os participantes, o mesmo encontra em anexo no final desta monografia.

As técnicas utilizadas foram muito importantes para o presente estudo, pois tornaram possível identificar as práticas do AEE e compreender as relações que acontecem no cotidiano escolar do aluno com surdez.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

Depois do levantamento de dados, por meio da observação da escola e da sala do Atendimento Educacional Especializado/AEE, como também, depois de realizar as análises dos dados coletados, foi possível destacar as contribuições, que os participantes da pesquisa, poderiam dar relativo ao tema pesquisado, para diante disto, poder estabelecer novas perspectivas para o atendimento do aluno com surdez, bem como, para a inclusão deste aluno na escola comum.

Diante da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, orientando os sistemas de ensino, para garantir a participação e permanência desses alunos na escola regular, como também, ofertar o Atendimento Educacional Especializado para as pessoas com necessidades especiais, que procurarem se matricular na escola. Quanto a esta direção governamental a escola procurou seguir, recebendo as crianças com necessidades especiais

da comunidade, que tem procurado se matricular nesta escola, foi observado também, que existe uma sala de recursos multifuncionais, mas que só isto não basta para se alcançar um pleno desenvolvimento educacional destas pessoas.

Baseando-se nas contribuições dos participantes da pesquisa e, no que foi observado pela pesquisadora, foi possível compreender que a atual realidade do Atendimento Educacional Especializado, para o aluno com surdez, é bem distinta do que a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 orienta em seu texto, como garantia para inclusão do surdo na escola regular. Por isso, tornasse urgente refletir, discutir, e promover, mudanças no ambiente escolar onde o aluno com surdez está incluso, principalmente no Atendimento Educacional Especializado, que segundo a Política de 2008 é responsável por eliminar as barreiras, para plena participação e permanência desse aluno na escola, considerando suas especificidades. Pois o AEE vem como substituto na Política Nacional de 2008, das escolas especiais, que tinham toda infraestrutura para atender, de forma digna, esta demanda especial. O que se notou na fala da professora do AEE, é que ela está sozinha para atender toda esta necessidade, que requer um preparo específico, como profissionais especialistas nas suas áreas, pois a própria política diz que deveria ter uma equipe multifuncional, para atender estes alunos, isto quer dizer: enfermeiros, médicos, assistente social, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, psicopedagogo e outros.

Continuando esta discussão sobre as melhorias que precisam ocorrer na escola regular e no AEE, o que deu para observar nos enunciados dos entrevistados, é que eles precisam primeiramente compreender, o que é ser surdo? O que é viver no mundo do silêncio? O que é aprender por meio da visão? Pois ser surdo é ter uma cultura própria, que é de uma comunidade diferente da comunidade ouvinte. Pois, conforme o autor Skliar (1998, apud Sá, 2002, p.73) “o problema não é a surdez, não são os surdos, não são as identidades surdas, não é a língua de sinais, mas sim, as representações dominantes, hegemônicas e ouvintistas sobre as identidades surdas, a língua de sinais e os surdos”. Para que o aluno com surdez seja reconhecido como tal, é importante que a escola como um todo reavalie sua concepção ouvinte sobre a surdez, pois somente assim a escola poderá atender as necessidades educacionais do surdo, visando seu pleno desenvolvimento escolar.

Outro aspecto que se pode destacar nas contribuições dos participantes, que também é orientado pela Política, é sobre a importância de o aluno surdo manter contato com outros surdos. A Política Nacional diz que esse contato deve ocorrer sempre que possível devido à diferença linguística característica desse grupo.

Vale ressaltar, nos enunciados dos participantes, que eles falam de uma forma geral a importância da Libras para a educação do aluno surdo. Isto realmente é muito relevante, pois a escola precisa preocupar-se em conduzir a formação cultural do aluno, reconhecendo a Libras como a língua de instrução do surdo, mas o que se observou, é que isto não é suficiente, para que este aluno se desenvolva culturalmente e socialmente, pois é imprescindível, que ele tenha um referencial cultural (isto quer dizer, ter contato com outro surdo), portanto a convivência com outros surdos na escola certamente ajudará o aluno a se identificar e, se aceitar como é, além de, facilitar a aquisição da língua de sinais.

Sabe-se que existe uma significativa falta de profissionais da educação, que trabalhe com surdos em Parintins/AM e, em muitos outros lugares. Nas falas dos participantes, eles comentam essa carência de formação na escola, uma ideia para ajudar a resolver esse desafio, seria convidar surdos da comunidade a interagirem com o aluno surdo, como ajudarem os professores na elaboração dos conteúdos para a educação deste aluno. Pois a autora desta pesquisa entende que é possível criar estratégias para que o aluno, tenha contato com outros surdos, principalmente, indicar para a família, lugares que são frequentados por surdos para que conheçam e levem o aluno para familiarizar-se com sua comunidade, dentre outras maneiras.

Uma contribuição dos entrevistados, que vale destacar de uma forma especial, é o tema família, a Política também menciona como garantia para a inclusão do aluno surdo na escola comum, a participação da família e da comunidade na escolarização desse aluno, e por isso, é muito importante que a escola e a professora do AEE, motivem a participação da família na rotina escolar desse aluno, bem como, da comunidade, para que se interessem em conhecer a comunidade surda e, os movimentos sociais em defesa dos direitos dos surdos. A escola não pode continuar negligenciando essa orientação, é preciso manter um diálogo com a família do surdo, oferecendo apoio para conhecerem melhor a língua de sinais e a língua portuguesa, como conhecerem a cultura e a identidade surda. A autora Vilhalva (apud, Sá, 2011, p. 71) destaca esta importância comentada acima, pois o objetivo dos profissionais da educação deve ser: “[...] prestar esclarecimentos a respeito da surdez e também quebrar preconceitos relativos à pessoa surda [...] visando melhorar a qualidade de vida de todos os envolvidos no processo educacional, cultural e social do aluno”.

Também vale apenas ressaltar, um tema já muito discutido que deu para perceber na fala dos participantes da pesquisa, a falta de uma formação continuada. O que foi presenciado nesta escola regular, é que grande parte dos professores não se sentem preparados para atender a necessidades educacionais do aluno surdo, pois desconhecem a língua de instrução do surdo e os métodos de

ensino adequados para desenvolver com o aluno. Isto certamente requer uma postura governamental, com políticas públicas que ajudem a resolver essa carência tão visível.

Certamente, a Secretaria de Educação do município reconhece essa necessidade e, até tem ofertado alguns cursos de formação, no entanto, é preciso que a secretaria amplie a oferta desses cursos para todos os profissionais da educação que estão envolvidos nessa escolarização, esta formação tem sido priorizada, para os professores de AEE e, para os intérpretes de Libras, como foi relatado pelos participantes. Isto precisa mudar para que os outros profissionais da educação, também tenham acesso a esta formação. Orientando os professores da sala comum sobre como avaliar o rendimento do aluno surdo, como escolher os materiais para explicar assuntos de disciplinas como ciências, geografia, história e outras, ou seja, é preciso tornar os cursos ofertados mais significativos, de forma que o professor saiba como contribuir para a aprendizagem do aluno na sala de aula.

Por outro lado, nada adiantará ser ofertada a formação continuada pela secretaria de educação, se o professor não se mobilizar em querer aprender, pois o que se pode observar é que muitos professores estão anos e anos lecionando para estudantes surdos, sem nem ao menos se esforçarem para aprender o básico da língua brasileira de sinais, por isso é preciso haver transformação não apenas no espaço físico da escola, mas nos próprios educadores.

Para que o Atendimento Educacional Especializado atenda as necessidades educacionais do surdo, como é orientado pela Política Nacional e, pela autora Damázio (2007), é de grande relevância a contratação de professores proficientes em Libras e, professores específicos de Língua Portuguesa, para que os três momentos didático-pedagógicos, que são necessários para educação do surdo na escola regular, sejam ofertados. A Secretaria de Educação Inclusiva precisa preocupar-se em disponibilizar os serviços desses profissionais, para que a inclusão do surdo na escola regular seja garantida de maneira adequada a sua necessidade.

Nas falas dos professores, foi observado, que existem dificuldades quanto ao trabalho em conjunto, principalmente quanto ao planejamento das aulas. Segundo a autora Damázio (2007), o professor da sala do AEE, o professor da sala comum e o intérprete de libras, precisam planejar as aulas em conjunto mediante o diagnóstico do aluno, para que as aulas se tornem significativa e contextualizada. Essa interação é fundamental para que o trabalho flua da melhor maneira possível, segundo a mesma autora, os alunos com surdez precisam de um ambiente educacional que estimule e desafiem seu pensamento e, explorem sua capacidade em todos os sentidos, no entanto, isso só

será proporcionado ao aluno se os professores e toda a comunidade escolar trabalharem unidos, em prol de uma educação melhor para o surdo.

A inclusão de surdos na escola regular é uma tarefa bastante complexa, e inúmeros desafios precisam ser superados. A discussão aqui iniciada não traz a solução para todos os problemas encontrados na escola observada, mas são perspectivas que precisam ser consideradas para que a escola conceda possibilidade de êxito escolar ao aluno com surdez.

## CONCLUSÃO

Diante das reflexões expostas nesta pesquisa, constata-se que a inclusão do surdo na escola regular, ainda tem sido um grande desafio para os profissionais da educação, principalmente no que diz respeito à diferença cultural e linguística que faz parte da surdez.

O aluno com surdez tem o direito de estudar em sua língua natural. A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida por lei, como já foi regulamentado. De acordo com a orientação governamental, as escolas devem garantir a esses alunos, o acesso a uma educação bilíngue. Para que isto ocorra, é preciso que a escola compreenda que só utilizar a Libras na Sala de Recursos Multifuncionais, não é suficiente para proporcionar um espaço bilíngue favorável para aprendizagem deste aluno.

Por isso, é indispensável à presença do professor de Libras, pois além de proporcionar o conhecimento da língua para os alunos da escola, surdos e ouvintes, contribui para a aprendizagem da língua de sinais, pelos demais participantes da comunidade escolar. No entanto, o mais importante é que esse profissional seja referência na construção da identidade surda na escola e para o aluno com surdez.

Entende-se que a presença do intérprete de Libras na sala de aula comum aumenta a possibilidade de o aluno surdo compreender os conteúdos, mas não traz todas as condições necessárias para uma educação significativa, principalmente se o aluno ainda estiver em processo de aquisição da língua de sinais. Portanto, a atuação deste profissional não deve ser vista como a “solução” dos problemas educativos, evitando assim que o aluno com surdez dependa exclusivamente do intérprete para ter sucesso em sua educação escolar.

Deve-se considerar que os três momentos didático-pedagógicos que deve acontecer no Atendimento Educacional Especializado para o aluno surdo, precisam ser ofertados, pois o que se presenciou na Sala de Recursos Multifuncionais, não condiz com Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008. A condição para que o aluno surdo tenha acesso ao conhecimento científico dos conteúdos é a presença de professores proficientes em Libras e, do professor específico da Língua Portuguesa para o ensino da escrita. Nas observações no AEE, deu para notar, que a professora não congrega todas as características necessárias para desenvolver um trabalho direcionado à singularidade linguística do aluno surdo, sem falar que esta mesma profissional é responsável pelo atendimento de outros alunos com necessidades educacionais distintas.

Conclui-se esse estudo ressaltando que: a inclusão na realidade dos surdos é uma proposta educacional que se reduz à inserção do aluno surdo na escola comum; o Atendimento Educacional Especializado e a presença de um intérprete na sala de aula, não são suficientes para fazer da escola um ambiente bilíngue propício para aquisição natural da língua de sinais, bem como, de uma aprendizagem significativa; a escola regular que matricula o aluno com surdez, somente para atender uma imposição da lei, por isso, torna-se uma escola inclusiva por obrigação, uma escola que não considera a cultura surda; a falta de diálogo e planejamento entre o professor da escola comum, professor do AEE e o intérprete, tem comprometido o processo educacional do aluno; é necessário a contratação de profissionais específicos em Libras e Língua Portuguesa, para o atendimento do aluno; a escola precisa motivar a participação da família no cotidiano escolar do aluno e, para aprendizagem da língua de sinais; é essencial o contato do aluno com outros surdos, para que ele tenha uma identidade, como uma cultura surda. Os desafios à cima citados precisam ser superados, mas a qualidade da educação dos surdos virá principalmente, quando o respeito linguístico, cultural e social for exercido.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e o artigo 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 10. 436 de 25 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

DAMAZIO, Mirlene Ferreira Machado. **Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** ed. 7. São Paulo. Cortez, 2001. 174 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** ed. 4. São Paulo. Atlas, 2008. 175p.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** ed.4. Petrópolis, RJ. Vozes. 2012. 232p.

QUADROS, Ronice Müller de. Lodenir Becker Karnopp. **Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos.** Porto Alegre. Artmed. 2004. 215p.

\_\_\_\_\_. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed. 1997.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2002.

\_\_\_\_\_. **Surdo: qual escola?** Manaus. Editora Valer e Edua. 2011. 302p.

